CIDADES

Editora: Ana Lécia de Oliveira

cidades@correiodopovo.com.br

Linhas podem circular sem cobrador em Rio Grande

Empresas estão autorizadas a operar alguns ônibus sem o profissional a partir de hoje como teste na lei de extinção gradativa da função aprovada em 2021

Começam hoje os testes para extinção da função do cobrador no transporte coletivo em Rio Grande. Com isso, as permissionárias, Noiva do Mar e Transpessoal, podem operar sem o profissional em nove linhas. A ordem de serviço permitindo que as empresas iniciem a extinção gradativa da função, conforme legislação aprovada no ano passado, foi emitida pela Secretaria de Município de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança. A iniciativa é válida desde que haja condições técnicas e não ocorram prejuízos aos usuários. Além das linhas que podem circular sem cobrador em todos os horários das tabelas, as demais estão autorizadas a funcionar dessa forma apenas nos domingos e feriados e de segunda a sábado a partir das 20h.

O funcionamento será monitorado, fiscalizado e poderá ter ajustes. Após 15 dias do início das operações, as empresas devem emitir relatório para análise da secretaria. A tarifa é de R$ 4,35 e pode ser paga por meio do Cartão Mais e cartão de crédito ou débito por aproximação. O Sistema Mais também conta com aplicativo e pontos de carregamento pela cidade. O sistema em Rio Grande está transportando pouco mais de 60% do que levava em 2019 no mesmo período. Em torno de 25% dos passageiros são de gratuidade.

DEMISSÕES. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Rio Grande, Fábio Machado, vê com indignação o início da extinção da função. "Fizeram uma lei em que os cobradores seriam encaminhados para outras funções na empresa e teriam opção de cursos de qualificação. O que está ocorrendo é que trabalhadores de outros setores das empresas estão sendo demitidos para realocar os cobradores." Ele lembra que a lei estipula que o prazo final para extinção é 2026 e afirma que causa estranheza a medida começar quatro anos antes.

Machado diz que está conversando com os vereadores que votaram contra a legislação para que seja cumprida de forma integral e que, nesta segunda-feira, irá acionar o setor jurídico do sindicato. "Cobradores que não podem ser demitidos estão sendo. O que há é descaso do Executivo com o transporte público. Desde janeiro, recebemos denúncia de veículos às 7h, 10h sem cobradores. Começamos a fiscalizar no mês passado e falamos com o secretário Castro sobre isso."

O secretário de Mobilidade, Anderson Castro Rodrigues, frisa que a lei foi devidamente discutida, votada e aprovada na Câmara. "Autorizamos formalmente as empresas a fazerem isso a partir de amanhã (hoje). Vamos começar em linhas que têm volume menor de pessoas transportadas e alto custo para o sistema", relata. O secretário lembra que existia uma legislação anterior que permitia algumas linhas a andar sem cobrador, com ônibus até 33 lugares. Acima, é obrigada a presença do profissional. "Com a nova legislação, solicitamos a revogação disso. Todas as denúncias que recebemos temos encaminhado para a fiscalização."

Como a extinção é gradativa, Rodrigues afirma que é necessário o início dos testes neste ano. Ele confirma que há vários cursos no SEST/SENAT à disposição dos cobradores. Em relação àqueles que foram demitidos, o secretário deve receber hoje uma lista atualizada com a situação dos 99 cobradores que foram informados à Câmara na época da aprovação da lei. "Há na legislação as condições de demissão. Hoje, o custo do sistema é alto e a função de cobrador tem impacto na tarifa."

ESTEIO

Mediação busca suspender início de greve

Mediação realizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4), neste domingo, encaminhou a negociação entre os trabalhadores do transporte rodoviário municipal de Esteio e o consórcio de empresas. A categoria encontra-se em estado de greve e havia anunciado paralisação das atividades a partir da 0h desta segunda-feira.

Na audiência, conforme o tribunal, foi agendada reunião entre a prefeitura e o Consórcio Transportes Esteio Urbano, amanhã, para buscar uma forma de atender as principais reivindicações dos profissionais. Com isso, o sindicato comprometeu-se a levar aos trabalhadores, ainda ontem à noite, a proposta de suspender a paralisação até a próxima assembleia.

O TRT informou que, na hipótese de a categoria não concordar com a suspensão do movimento paredista, o sindicato e o consórcio, em comum acordo, fixaram a manutenção de um percentual mínimo de 40% do atendimento das necessidades essenciais nos horários de pico e de 15% nos demais horários. A categoria reivindica a volta do pagamento do tíquete alimentação e do adicional de dupla função, que foram suspensos em 2021, quando a empregadora alegou problemas financeiros decorrentes da pandemia.

Participaram da reunião de ontem, mediada pelo desembargador Ricardo Martins Costa, representantes do Ministério Público do Trabalho, do consórcio, do Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de São Leopoldo e da prefeitura. A próxima audiência de mediação do TRT-4 está marcada para quarta-feira.

ERECHIM

Transporte de água continua

Centenas de famílias do interior de Erechim continuam recebendo água transportada por caminhões da prefeitura. Segundo o coordenador da Defesa Civil do município, Ronaldo Manica, diariamente são levados cerca de 100 mil litros para as comunidades. "As chuvas registradas nas últimas semanas não estão sendo suficientes para infiltrar na terra e, enquanto os poços não voltarem a funcionar, continuaremos levando água para as propriedades rurais."

Conforme Manica, dependendo da quantidade de animais que a propriedade tem, o abastecimento precisa ser diário. A prefeitura informa que, além do transporte por caminhões, 20 caixas d'água de 5 mil litros foram emprestadas aos agricultores para armazenamento.

CANOAS

Reforço na frota e em itinerários

Oito novas linhas de ônibus e mais 20 veículos começam a circular em Canoas a partir de hoje. Além disso, duas linhas terão o horário ampliado em uma hora. As mudanças fazem parte da contrapartida da empresa Sogal acordada com a prefeitura por meio do Plano de Recuperação do Transporte Público.



DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Instituído pela ONU em 1975 para celebrar lutas e conquistas de trabalhadoras de todo o mundo, o Dia Internacional da Mulher se transformou numa data referencial apontando para uma imensa pauta que ainda se mantém aberta.

Hoje, é impossível ignorar os séculos e séculos nos quais a sociedade ocidental neutralizou a importância vital das mulheres no contexto social, humano, ambiental e econômico. Conceitos como o da liberdade, da igualdade de oportunidades, dos direitos à saúde, à proteção dos filhos, defesa contra a violência, participação política, entre outros, embora circulem também em diversas outras agendas mundo afora, adquirem, na questão dos direitos da mulher, uma conotação própria não menos urgente.

No Brasil, os chamados avanços até aqui alcançados ilustram exatamente as lacunas ainda a serem preenchidas. O árduo trabalho realizado por lideranças, ONGs, órgãos governamentais, poder judiciário, por diferentes segmentos sociais, e claro, pelo esforço descomunal e diário das mulheres brasileiras, precisa ser ainda mais ouvido, entendido, valorizado, apoiado, financiado, compartilhado e, acima de tudo, respeitado.

Cada cidadão ou cidadã tem sua parcela de responsabilidade e contribuição para a resolução adequada do problema, tamanha sua complexidade. O que parece fundamental é que esta pauta flua em cenário de amplas liberdades democráticas, como comprovam os resultados alcançados em nações em que o respeito à democracia, há muito tempo, é de fato praticado.

O Movimento Sindical Brasileiro não está excluído do quadro geral de responsabilidades. A defesa da igualdade de salários, ocupação de cargos, maternidade, proteção contra o assédio moral, entre outros pontos, precisam prevalecer nas negociações coletivas e continuar avançando, já que, infelizmente, temos ainda longo caminho a percorrer.

Perto de completar 80 anos de fundação, o Sindicato dos Engenheiros no Rio Grande do Sul alinha-se à mentalidade inovadora das relações sociais e dos Direitos Humanos. Buscamos a cada dia fazer a nossa parte, com a participação ativa de engenheiras e engenheiros de todas as áreas. Nos orgulha termos, atualmente, 25% dos cargos das diversas instâncias da diretoria ocupados por mulheres, percentual que pode e deve ser aumentado. Também é de destacar que 79% do nosso quadro de funcionários é composto por mulheres. Além disso, criamos no SENGE-RS o grupo Mulheres na Engenharia, cujo objetivo é assumir o protagonismo nas discussões e alinhamento de ações. No entanto, deve-se ressaltar a baixa participação histórica das mulheres nos cursos de Engenharia, situação que, ao que aparece, está sendo revertida com a expressiva ampliação da parcela feminina nos últimos anos, não só no acesso aos cursos como também na titulação.

O SENGE-RS está fazendo e continuará fazendo a sua parte. Conclamamos a todos para que mantenham e acelerem o ritmo das mudanças.

